

TRABALHO EMANCIPADO E EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL NA OBRA DE ISTVÁN MÉSZÁROS

EMANCIPATED LABOR AND EDUCATION BEYOND CAPITAL IN THE WORK OF ISTVÁN MÉSZÁROS

Henrique Taban NOVAES¹

RESUMO: No dia 1º de outubro de 2017 faleceu o intelectual István Mészáros, aos 87 anos, discípulo de Karl Marx e Gyorgy Lukács. Este artigo aborda o papel dos conselhos operários e da autogestão e a educação para além do capital na obra de István Mészáros. Acreditamos que a coluna vertebral da teoria de Mészáros é a crítica à alienação do trabalho e o papel da autogestão, isto é, de uma nova forma de controle social, na transcendência positiva do trabalho alienado.

PALAVRAS-CHAVE: István Mészáros, Alienação, Conselhos Operários, Educação para além do capital

INTRODUÇÃO

Certa vez Gyorgy Lukács afirmou que o marxismo deveria ser refundado. Acreditamos que seu discípulo, István Mészáros, é um desses autores comprometidos com essa refundação. Para nós, ele tece uma crítica implacável ao sociometabolismo do capital e sua argumentação está fincada na compreensão e superação do trabalho alienado.

István Mészáros nasceu em 1930 na Hungria e faleceu no dia 1º de outubro de 2017. Com 12 anos e meio já trabalhava como operário em uma fábrica de aviões de carga, tendo que mentir a idade em quatro anos para isso. Começou a trabalhar como assistente de Georg Lukács em 1951, e seria indicado como seu sucessor na universidade de Budapeste, mas a invasão soviética de 1956 forçou-o a sair do país². Viveu até outubro de 2017 na Inglaterra. Sua experiência como trabalhador e estudante na Hungria socialista foi determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade (BOITEMPO, 2002).

Acreditamos que a coluna vertebral da teoria de Mészáros é a crítica à alienação do trabalho e o papel da autogestão na sua transcendência positiva. Mészáros foi herdeiro, e ao mesmo tempo, um discípulo crítico do seu mestre, Gyorgy Lukács e, acima de tudo, um filósofo marxista e um dos teóricos que contribuiu para a refundação do marxismo na segunda metade do século XX.

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: hetanov@gmail.com

² Para mais detalhes sobre a Revolução Húngara de 1956, ver Anweiler (2013), Lukács (2008), Mészáros (1958 e 2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

A reflexão de Mészáros (2002) sobre a transição socialista se dá no âmbito da proposta que formula uma mudança global e que tem por objetivo a transcendência do sociometabolismo do capital. Sua teoria segue em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista), no qual o ser humano possa desenvolver sua rica individualidade.

Cabe adiantar que Mészáros (2002) usa a expressão pós-capital e não pós-capitalista, porque, por exemplo, enquanto a experiência soviética, uma sociedade pós-capitalista, extinguiu a propriedade privada dos meios de produção, mas se baseou numa forma de controle burocratizada, uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias, portanto, o controle do sociometabolismo estará nas mãos do trabalho.

Na apresentação do livro de Mészáros (2002), Ricardo Antunes observa que para este intelectual capital e capitalismo são fenômenos distintos e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século 20, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de metabolismo social do capital. O capitalismo seria uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas.

Ricardo Antunes (2002) também observa que Mészáros define o sistema de metabolismo social do capital como poderoso e abrangente, tendo seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho alienado e Estado – três dimensões fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas –, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema³. Não tendo limites para expansão, o sistema de metabolismo social do capital mostra-se incontrolável.

Como poderemos ver ao longo das próximas seções, a teoria de Mészáros (2006, p. 5) gira em torno da alienação do trabalho e a necessidade de superação da mesma. Para ele,

[...] a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma ‘fatalidade da natureza’, mas uma forma de autoalienação.

Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas, sim, o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento his-

³ Para a crítica do Estado, ver Mészáros (1996, 2002, 2016).

tórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho (MÉZÁROS, 2002).

Reconhecemos a dificuldade de interpretação da vasta obra de Mézáros. Para que o leitor tenha acesso às interpretações de alguns interpretes e discípulos, podemos citar, por exemplo, Ricardo Antunes (2005), Caio Antunes (2012), Maria Orlanda Pinassi (2009), os capítulos do livro organizado por Ivana Jinkings e Rodrigo Nobile (2011), bem como nossa contribuição em Novaes (2010).

Na América Latina, a difusão da obra de Mézáros parece ocorrer mais no Brasil que em outros países. Na Venezuela, seu trabalho recebeu numerosos prêmios e foi constantemente citado pelo controverso comandante Chávez. Seus livros *Mas Allá del capital* y *El desafío y la carga del tiempo histórico: El socialismo del siglo XXI* foram traduzidos para o espanhol em 2002 e 2009 respectivamente. O segundo livro recebeu o Premio Libertador al Pensamiento crítico, no ano de 2008, em Caracas, depois de ter sido avaliado por um júri formado por pensadores sociais latino-americanos de esquerda.

Este artigo foi estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, que recebeu maior atenção, abordamos o papel dos conselhos operários na retomada do controle dos meios de produção. Na segunda seção, observamos que Mézáros tece uma crítica implacável à sociedade produtora de mercadorias e vislumbra a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso). O debate das forças produtivas e forças destrutivas e a crítica de Mézáros à propriedade privada dos meios de produção, bem como a necessidade de criação de distintas formas de propriedade comunal, foram abordadas na quarta e quinta seções. Por último, cabe ressaltar que inúmeros temas como o papel do complexo industrial-militar na reprodução do sociometabolismo do capital, a questão de gênero, o debate da igualdade substantiva, o indivíduo e sua classe, a questão nacional-internacional, o poder da ideologia, a educação para além do capital, o papel do Estado na sociedade de classes, a produção destrutiva, e a diferença entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária não serão abordados neste artigo⁴.

1 - TRABALHO ALIENADO, CONSELHOS OPERÁRIOS E OS LIMITES DO COOPERATIVISMO NA OBRA DE MÉZÁROS

Segundo Netto (2015), é preciso salientar, com ênfase, que a tendência à universalização da alienação na sociedade capitalista está longe de significar a inexistência de *contratendências* – ou menos ainda - a sujeição de todos indivíduos a ela.

⁴ Cabe ressaltar que inúmeros temas como o papel do complexo industrial-militar na reprodução do sociometabolismo do capital, a questão de gênero, o debate da igualdade substantiva, o indivíduo e sua classe, a questão nacional-internacional, o poder da ideologia, a educação para além do capital, o papel do Estado na sociedade de classes, a produção destrutiva, e a diferença entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária não serão abordados neste artigo. Para estas questões, além da obra de Mézáros citada, ver também Pinassi e Mafort (2012), Cherubini (2009), Caio Antunes (2012), Rodrigues, Novaes e Batista (2012) e Ricardo Antunes (2005).

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia. No século XIX, em contextos defensivos, o cooperativismo e o mutualismo ganharam força como forma de resistência ao desemprego e como forma de construção embrionária de novas relações sociais, principalmente durante a Revolução Industrial na Europa.

É preciso lembrar que uma das primeiras motivações de criação das mútuas era para que os trabalhadores não fossem enterrados como cachorros. Já as Cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível. Citemos, por exemplo, um especialista George Holyoake (1933, s.p.):

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita do outro [...] Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram enebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora comprem nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores.

Marx (1996, p. 381) cita o jornal *Spectator* na parte onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “[...] mostrou que Associações de Trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!”. Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas da época como sendo imprescindíveis, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas.

Em contextos ofensivos, a autogestão fabril em estágio embrionário ocorreu nas lutas dos anos de 1830-40, na Comuna de Paris (1871), quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha. Nas palavras de um estudioso:

As oficinas da Comuna [de Paris] foram [...] modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia às tardes para decidir o trabalho do dia seguinte (GUILLERM apud GUILLERM; BOURDET, 1976, p.50).

Um novo ciclo autogestionário se iniciou na Rússia, de 1905 até os primeiros anos da Revolução de 1917; na Revolução Húngara, de 1919, nos Conselhos de Turim e na Revolução Espanhola. Na Revolução Russa, os conselhos operários (*soviets*) cumpriram seu papel nos primeiros anos, mas foram estrangulados em função da burocratização crescente das decisões estratégicas da sociedade.

Outro ciclo autogestionário ocorreu na Polônia e Hungria em 1956⁵ e terminou em 1974-75 (Portugal), não apenas através do controle das fábricas e coordenação da produção entre diversas fábricas, mas também a autogestão de escolas, estaleiros navais, hospitais, o controle da cidade pelos trabalhadores, a construção autogestionária da habitação, etc.

Na teoria de Mészáros, autogestão, no seu sentido macro, aparece como devolução do poder aos trabalhadores. Esta questão nos remete ao debate contemporâneo sobre o tipo de participação do trabalhador associado numa fábrica e na sociedade em geral⁶. Devemos distinguir o participacionismo ensejado pelo capital e a participação autêntica. A experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas, e tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (TRAGTENBERG, 2005).

Algumas teses tentam desvelar o novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a pedagogia engajada na emancipação humana. Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização informal em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (HIRATA, 1990, p. 136).

A busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban* e *Kaizen* são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta visão de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX para levar a cabo a democracia na produção, a superação do Estado capitalista e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse sentido amplo, autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (MÉSZÁROS, 2002).

Para Mészáros, o capital é expansivo, incontrollável e essencialmente destrutivo.

Na produção o problema central continua sendo a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é, acima de tudo,

⁵ Para saber mais sobre a participação de Lukács e Mészáros na Revolução Húngara, ver Mészáros (2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

⁶ Para mais elementos do debate sobre o trabalho associado, ver Vieitez e Dal Ri (2011).

dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o *status* do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (TRAGTENBERG, 2005, MÉSZÁROS, 2002, NOVAES, 2010).

Se as estratégias gerencialistas procuram reduzir a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam o cooperativismo e o associativismo dão um novo significado à participação na empresa, via construção de conselhos autônomos, e adicionam a necessidade de participação fora do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade (assembleias de bairro, parlamento etc.).

Lembremos que para Tragtenberg (1987, p. 30), a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado”. Mézáros provavelmente assinaria em baixo dessa citação. Bernardo (1986) destaca que participação em órgãos livremente eleitos, com rodízio de funções, teria uma função extremamente pedagógica para os trabalhadores.

Para Mézáros (2002), a participação deve ser exercitada no microcosmo e no macrocosmo social dentro de um projeto de construção de uma economia comunal. A necessidade de participação autêntica, de rodízio e revogabilidade dos cargos são princípios vitais da autogestão. De que forma então Mézáros retoma o debate do planejamento socialista? Para ele:

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (MÉSZÁROS, 2004, p. 33).

Lembremos que é nos escritos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx (1996, p. 354) afirma que:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades Cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo ‘realizável?’.

Como no lembra Mészáros (2002, p. 630),

[...] o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’.

Esse pensador social critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não atentou para a necessidade de promover ataques duplos ao sistema sociometabólico do capital. É o complexo global de reprodução sociometabólica que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um macrocosmo qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de microcosmos qualitativamente diferentes (MÉSZÁROS, 2002).

Lembremos que, para Marx (1996), a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção. Segundo Mészáros (2002), a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio. E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela ‘expropriação dos expropriadores’ pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do ‘socialismo de mercado’ (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

Segundo Mészáros (2002, p. 629), a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como trabalhador avulso, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total.

Nesse sentido, Mészáros (2002, p. 630) acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas” ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas

dentro das empresas produtivas particulares) como os “macrocosmos” autorregulantes e os limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza..

Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe, para Mészáros (2002).

Entretanto, este autor faz algumas advertências, uma vez que os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da Revolução. Contudo, sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (MÉSZÁROS, 2002, p. 457).

Mészáros nos lembra, ainda, que quando da sua constituição espontânea, em meio às importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, precisamente “[...] o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mészáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Eduard Bernstein.

Para Rosa Luxemburgo (1999), o problema das cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Mészáros (2002, p. 599-601) advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada, porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente. E conclui observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho

continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade.

Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores, e outras formas de mediação, o papel na busca de um planejamento autêntico. Nesse sentido, para ele todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados, pois – na falta disso – o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital. Isso nos permite concluir que a construção da sociedade comunista passa necessariamente pela luta por novas mediações de segunda ordem: retomada do controle do trabalho; diferentes formas de propriedade comunal⁷; e produção de valores de uso.

Até aqui concentramos nossa atenção no eixo deste artigo: o papel dos conselhos operários em momentos defensivos e ofensivos, bem como nos limites do cooperativismo nos séculos XIX e XX. No entanto, cabe interligar, ainda que muito rapidamente, a relação destes temas com a desmercantilização, a necessidade de reestruturação das forças produtivas e a crítica à propriedade privada dos meios de produção na obra de István Mészáros.

1 . DESMERCANTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE: A PRODUÇÃO DE VALORES DE USO

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumprе salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as conseqüências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção (WALLERSTEIN, 2002, p. 36).

Para os herdeiros do legado marxiano, a superação da forma mercadoria sempre foi um tema seminal. Wallerstein (2002) nos chama a atenção para esse tema, usando o termo desmercantilização. Vale dizer que outros preferem o termo desmercadorização ou a expressão produção de valores de uso⁸.

No livro *Para além do capital*, Mészáros (2002) resgata as lutas dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma economia comunal. Ele parte das propostas de Charles Babbage para o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produ-

⁷ Para este debate, ver Benini (2012).

⁸ Para o debate da desmercantilização em Mészáros, ver Novaes (2010).

tos, mostra seus limites e analisa o avanço do sistema produtor de mercadorias, essencialmente destrutivo e produtor de bens supérfluos e descartáveis (ANTUNES, 2005). Lembremos que para Marx (2004, p. 110)

[...] o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar o sentido humano correspondente à riqueza humana inteira do ser humano e natural (2004, p.110).

Nesse sentido, a superação da alienação do trabalho em sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento econômico, como uma espécie de vírus que vai crescendo no interior do sociometabolismo do capital sem a mínima resistência do capital. Aqui, o papel da política é decisivo, no sentido de luta, dentro de um projeto revolucionário, num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade controlada pelos seres humanos, autogovernada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital.

2 - EM PROL DE UMA RADICAL REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século XX, Mészáros (2002) não entende a tecnologia, a ciência etc. como sendo neutras e, por isso, acredita que antes ou quando herdarem as forças produtivas, os trabalhadores deverão preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. Para ele, o poder liberador das forças produtivas permanece como um mero potencial diante das necessidades autopropetadoras do capital. No campo mais específico da tecnologia, afirma que sua inserção é estruturada com o único propósito de reprodução ampliada do capital a qualquer custo social.

A sua interpretação sobre as forças produtivas também pode ser vista em sua obra *O poder da ideologia*, quando ele critica Habermas e dialoga com Raniero Panzieri. De acordo com Mészáros (2004, p. 519), Habermas (1986, p. 91) “caricatura Marx” ao afirmar que ele “fala em forças produtivas neutras”. Pautando-se nas observações de Panzieri sobre a máquina e a racionalidade capitalista – além de outros autores –, Mészáros (2004, p. 591) afirma que Marx sabia muito bem que “[...] na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ externa”. Assim, todo sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo hierárquico de organização” (PANZIERI, 1980 *apud* MÉSZÁROS, , 2004, p. 519). De acordo com Mészáros (2004, p. 519),

Marx jamais poderia considerar neutras as *forças* produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção.

No artigo Mais-valia e planejamento, Panzieri (1982, p. 25, grifos do autor) afirma que

[...] frente à interligação de tecnologia e poder realizada pelo capital, a perspectiva de um uso alternativo (pela classe operária) da maquinaria não pode, evidentemente, basear-se numa derrubada, pura e simples, das relações de produção (de propriedade), nas quais estas sejam consideradas como uma casca destinada a desaparecer, a um certo nível de expansão produtiva, simplesmente porque se tornou demasiado pequena. *As relações de produção estão dentro das forças produtivas*, e estas foram ‘moldadas’ pelo capital. É isso que permite a perpetuação do desenvolvimento capitalista, mesmo depois de a expansão das forças produtivas ter atingido seu nível mais alto.

Mészáros (2002, p. 575), ao chamar a atenção para o fato de que as “[...] condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes”, ressalta a questão-chave que estamos enfocando: as formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um longo período de acumulação e fortes estímulos ao seu desenvolvimento, representam um significativo desafio para a mudança sociopolítica qualitativa. É por essa razão que, para ele, uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada como sendo um problema paradigmático da transição.

Segundo Mészáros (2002, p. 596-597), imediatamente após a

[...] ‘expropriação dos expropriadores’, não são apenas os meios materiais e tecnologias de produção herdadas que permanecem os mesmos junto com as suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do trabalho permanece profundamente encastoadada naquela divisão social hierárquica do trabalho “que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado.

Mészáros (2002), ao argumentar que as questões da divisão do trabalho, da alienação, do avanço das forças produtivas foram abordadas incorretamente, oferece um substrato poderoso para a crítica à maioria das interpretações sobre C&T do marxismo do século 20⁹. Talvez por concentrar a atenção na tomada do poder pela classe trabalha-

⁹ Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital. Para o debate da produção destrutiva, ver Novaes et. al. (2015) e Pinassi e Cruz Neto (2012).

dora, na propriedade estatal dos meios de produção etc., e em outras tarefas imediatas relativas ao período de transição, a esquerda marxista reduziu a questão da tecnologia e da ciência a uma simples apropriação das forças produtivas engendradas no capitalismo pelo proletariado e a sua melhor utilização para a construção do socialismo.

Podemos afirmar, interpretando Mészáros (2002, p. 865), que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder. Tudo nos leva a crer que as transformações qualitativas não se dão como resultado de uma simples mudança política, mas são processos que envolvem um longo prazo de revolução social por meio de um trabalho positivo de regeneração. Mas, seguramente, Mészáros não é um fatalista, nem acredita que estamos *num beco sem saída*, muito menos acreditaria que teremos que retornar para a Idade Média e começar tudo de novo. Mészáros (2002) analisa o problema das forças produtivas, contextualizando-o dentro da história. Ele mostra os equívocos da esquerda que esqueceu este problema, mas também sinaliza as possibilidades históricas de transcendência da autoalienação do trabalho¹⁰.

3 - O RETORNO DO CARACOL E SUA CONCHA: A CRÍTICA À PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Uma questão que sempre é complexa no materialismo é a relação entre controle e propriedade dos meios de produção. Marx dizia que o cooperativismo poderia reatar o trabalhador aos meios de produção, ou o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolavelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (MARX *apud* ANTUNES, 2005).

Mészáros deu sua contribuição para essa complexa questão. Para ele, é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Apesar da necessidade de questionamento da propriedade privada e da propriedade estatal, Mészáros (2002, p. 629) adverte que:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das ‘nacionalizações’, ‘desnacionalizações’ e ‘privatizações’ no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o ‘microcosmo’ reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e

¹⁰ Para saber mais sobre a posição de Mészáros no debate sobre as forças produtivas/destrutivas, ver Mészáros (2002), Dagnino e Novaes (2007) e Novaes (2007).

reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do ‘macrocosmo’ homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo.

Em outras palavras, ele acredita que a questão fundamental é o “[...] controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 628).

A expropriação dos expropriadores é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados¹¹. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso da Revolução Russa, em que os meios de produção foram questionados, mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem. Para a primeira questão, talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada – a nosso ver equivocadamente – como uma simples questão de propriedade dos meios de produção ou como uma apologia à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo. O estalinismo interpretou o socialismo como propriedade estatal dos meios de produção e ignorou o debate sobre a transcendência da alienação do trabalho.

Para Mézáros (2006), não se pode supor uma propriedade privada estereotipada, uma vez que a investigação histórica registrou uma grande variedade de formas. Da mesma forma, temos que descartar a ideia ingênua de uma propriedade comunal originária idílica e homogênea. A propriedade comunal deve também ela mesma ser concebida como apresentando tipos muito diferentes. Mais precisamente:

Isso se aplica não apenas ao passado remoto, mas também ao presente e ao futuro. Postular uma propriedade comunal homogênea como superação das relações de propriedade capitalistas alienantes é a-histórico. As “relações de propriedade” constituem, evidentemente, um conceito-chave na análise da alienação; mas seria ingênuo supor que a negação direta dessas relações de propriedade específicas não produzirá algo igualmente específico. Assim, a questão da alienação não se resolve de uma vez por todas simplesmente negando as relações de propriedade capitalistas. Não devemos nos esquecer de que estamos tratando de uma série complexa de inter-relações, das quais as ‘relações de propriedade’ são apenas uma parte (MÉSZÁROS, 2006, p.140).

4 - A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL NA OBRA DE MÉSZÁROS

Se é verdade que educação é muito mais que escola, Mézáros (2004) se soma a intelectuais como Pistrak (2002), Shulgin (2013), Krupskaya (2017), Dal Ri e Vieitez (2012) e Caldart (2004). Nunca é demais salientar que Mézáros não é um pedagogo,

¹¹ Ver também Korsch (2013).

ainda que sua análise da relação trabalho-educação nos ajude a compreender direta ou indiretamente o debate pedagógico no marxismo.

No livro *A teoria da alienação em Marx*, Mészáros (2004) dedica um capítulo aos aspectos estéticos da alienação que nos ajuda a compreender a protovisão de Marx sobre a educação estética. Cabe salientar também que Mészáros foi orientado por um dos maiores especialistas marxistas no tema da estética, Gyorgy Lukács.

É preciso destacar também que para Mészáros, uma nova forma de poder, o poder comunal, será resultado de uma longa luta dos trabalhadores para superar as formas alienadas de poder do Estado burocrático capitalista, do sindicato burocratizado, do partido burocratizado. O exercício dessa forma de poder, o poder comunal, se constitui num grande processo educativo, como vimos na primeira seção deste artigo, que em última instância é um processo de desalienação do poder do capital nas diversas instituições (partido, sindicato, grande corporação, Estado, etc.).

Nesse sentido, estudos recentes têm mostrado que o trabalho associado é um princípio educativo, isto é, ele ensina as trabalhadoras e trabalhadores a experimentar, ainda que de forma muito embrionária, novas relações sociais para além do capital (NOVAES, 2013, DAL RI; VIEITEZ, 2012, RUGGERI, 2014).

A expansão do trabalho associado na sociedade, através de um processo revolucionário que levará centenas de anos para desmercantilizar completamente o sociometabolismo social, certamente irá necessitar desde já de instituições estatais e não estatais que preparem os trabalhadores para o exercício da ética comunista (vida comunitária, solidariedade entre os povos, etc.) e as qualificações necessárias para a transição ao comunismo.

Nesse sentido, é possível analisar o livro *A educação para além do capital*, de Mészáros (2005), voltado para a análise das grandes questões educacionais vinculadas à emancipação do trabalho na transição comunista. Ali há um programa de educação estética, politécnica, física, política e filosófica esboçado, evidentemente que de forma sintética, em função das particularidades do autor em questão. Da mesma forma que Marx, Mészáros não realizou uma obra educacional, ainda que seja possível depreender em suas obras os aspectos centrais da educação no sociometabolismo do capital.

5 - O PAPEL DA LUTA E DA EDUCAÇÃO TOTALIZANTE: DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE CONTINGENTE A CONSCIÊNCIA DE CLASSE NECESSÁRIA

Ao falar do papel da política na construção de uma sociedade para além do capital, Mészáros (2008, p. 89) traça uma diferença entre consciência de classe contingente e consciência de classe necessária e ao mesmo tempo recupera o conceito de totalidade. Para ele:

A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala de operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à ‘racionalização’ capitalista.).

Lembremos também que para Pinassi (2009, p. 34), as classes trabalhadoras foram e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária.

Para Mészáros (2008, p. 85), o capitalismo é um sistema mundial. Mesmo os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico. Aqui, cabe um esforço educacional por parte dos movimentos sociais anticapital. Sem um esforço consciente de interligar os fenômenos sociais específicos às tendências gerais e às características do capitalismo como sistema global, o significado desses fenômenos parece obscuro ou parece desproporcionalmente aumentado.

A luta pela construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre Capital, Trabalho Alienado e Estado. Um dos autores que certamente contribui para este debate é István Mészáros, com sua crítica a alienação do trabalho.

Procuramos mostrar sua contribuição no debate dos principais determinantes da alienação do trabalho, a necessidade de emancipação do trabalho e a urgência da educação para além do capital.

NOVAES, Henrique Tahan. Emancipated Labor and Education beyond capital in the work of István Mészáros. *ORG & DEMO* (Marília), v. 19, n. 1, p. 7-24, Jan./Jun., 2018.

ABSTRACT: On October 1 2017 intellectual István Mészáros died, at the age of 87, disciple of Karl Marx and Gyorgy Lukács. This article addresses the role of workers' councils and self-management as well as education beyond capital in the work of István Mészáros. We believe that the backbone of Mészáros's theory is the critique of the alienation of labor and the role of self-management, that is, of a new form of social control, in the positive transcendence of alienated labor.

KEYWORDS: István Mészáros, Alienation, Workers' Councils, Education beyond capital

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. A concepção de educação na obra de István Mészáros. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. T. (orgs.) **Trabalho e reprodução social**. 2. ed. Bauru, Marília: Práxis, Canal 6, 2013.
- ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho** – ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANWEILER, O. Os conselhos na Revolução Húngara de 1956. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 201-212.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BENINI, E. **Sistema orgânico do trabalho**. Rio de Janeiro: Ícone, 2012.
- BERNARDO, J. A autonomia das lutas operárias. In: BRUNO, L.; SACCARDO, C. (coords). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.
- DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. **ORG&DEMO**. Marília, v. 7, 2007.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão**. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.
- FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. Brazilian recovered factories: the constraints of worker control. In: AZZELLINI, D.; NESS, I.. (Org.). **Ours to máster and to own – workers control from the Comunne to the Present** . Chicago, v. 1, p. 350-372, 2010.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma visão radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HABERMAS, J. **Autonomy and Solidarity**. London: Verso, 1986.
- HIRATA, H. Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos. In: SOARES, R. M. **Automação e competitividade**. Brasília, DF: IPEA, 1994.
- HOLYOAKE, G. **Os vinte oito tecelões de Rochdale**. Rio de Janeiro: GB, 1933.
- JINKINGS, I. NOBILE, R. (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KONDER, L. **Marxismo e alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KORSCH, K. O que é socialização? Um programa de socialismo prático In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 141-170.
- LEFÉBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: Arhc, 1968.
- LUKÁCS, G. **The process of democratization**. Albany: State University of New York, 1991.
- LUKÁCS, G. **Socialismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo. Boitempo, 2013.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MANDEL, E. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamá, 2001.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. II.

- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **La rivolta degli intellettuali in ungheria**. Turim: Einaudi, 1958.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: A teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Controle Social**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e controle social**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MUSTO, M. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: DEL ROIO, M. (org.) **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 61-94.
- NETTO, J. P. Marx em Paris. In: MARX, K. **Cadernos de Paris e manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 9-178.
- NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: ICP, 2014.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.
- NOVAES, H. T.; SANTOS, L.; PIRES, J. H.; FUZER, A. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L.. (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 300-332.
- NOVAES, H. T. (org.) **O retorno do caracol à sua concha – alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- NOVAES, H. T.; NEMIROVSKY, G. **György Lukács e István Mészáros no Levante Popular Húngaro de 1956**. Marília, mimeo, 2016.
- PANZIERI, R. Mais-valia e planejamento. In: TRONTI, M. et al. (Org.) **Processo de trabalho e estratégias de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PANZIERI, R. The capitalist use of machinery: Marx versus the objectivists. In: SLATER, P. (org) **Outlines of a critique of technology**. Londres: Ink Links, 1980.
- PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINASSI, M. O.; CRUZ NETO, R. G. La minería y la lógica de la producción destructiva en la Amazonia brasileña. **Herramienta**. Buenos Aires, v. 51, p. 121-134, 2012.
- PINASSI, M. O.; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E.. (Org.). **Movimentos sociais, trabalho Associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

- PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (Org.). **Movimentos sociais, trabalho Associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- RUGGERI, A. **Que son las empresas recuperadas por sus trabajadores?** Buenos Aires: Continente, 2014.
- SÈVE, L. **Aliénation et émancipation**. Paris: Éditions la Dispute, 2012
- SHELLEY, M. **Frankestein**. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- SCHAFF, A. **La alienación como fenómeno social**. Barcelona: Crítica, 1979.
- STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M (Org.) **Processo e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985.
- TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.
- TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP&A, FINEP, 2001.
- WALLERSTEIN, I. Uma política de esquerda para o século XXI? ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. (orgs.) **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Submetido em: 20/11/2017

Aceito em: 17/03/2018